

RÚSSIA

RICHARD SAKWA, *COMMUNISM IN RUSSIA*

Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2010, 167 pp.

Richard Sakwa apresenta neste livro, que denomina de ensaio interpretativo, um estudo aprofundado da experiência comunista na Rússia entre 1917 e o final da Guerra Fria. Autor consagrado nos estudos sobre a Rússia em múltiplas vertentes, mas em particular na sua dimensão interna, este é um contributo que desmistifica leituras e abre novos horizontes de interpretação do período comunista em análise. Como o autor refere, o objectivo deste trabalho é examinar as origens da ideia comunista no pensamento e práticas políticas russas, explicitar as várias formas de socialismo revolucionário no período pré-revolucionário, e a resistência a estas ideias (p. 1). De algum modo, o comunismo na Rússia assumiu um carácter específico, não necessariamente numa lógica de fusão com as tradições existentes no sentido de criação de uma ordem social, mas antes enquanto interagindo com as realidades russas, mas mantendo uma identidade organizacional e ideológica

própria (p. 3). Por isso o nacionalismo russo simbolizado por Boris Ieltsin se sobrepôs aos princípios comunistas, acabando por se tornar dominante. De sublinhar a análise das resistências à ideia do comunismo revolucionário, que atravessa um espectro alargado de pensadores e intelectuais, de Dostoievsky a Kautsky e Rosa Luxemburgo. Em registos diferenciados, as críticas tecidas revelam a acutilância de percepções que as mudanças implícitas ao processo ideológico acarretavam na sociedade russa. Ao longo dos seus anos de existência, o comunismo na Rússia assumiu-se como monopólio de poder num partido centralizado, com uma economia dirigida e um compromisso ideológico de alcance de uma ordem social não capitalista (p. 5). Ao longo do trabalho, Sakwa conduz-nos pelos meandros do processo comunista no desenrolar das décadas de existência da União Soviética, discutindo o idealismo utópico dos bolcheviques e os seus críticos à época, a interpretação estalinista do conceito e a sua tentativa limitada de reforma, e a diluição gradual do comunismo russo enquanto conceito específico para um entendimento de inconformidade e incapacidade de res-

posta a um conjunto de pressupostos iminentemente utópicos. O fim do comunismo russo parece demonstrar que o objectivo primeiro do mesmo foi seriamente deturpado, com pressupostos como o de libertação total da humanidade a traduzirem-se na escravatura da população (p. 133). Mas a questão é mais profunda. «Não é apenas uma questão de consequências não intencionadas, mas de conhecer as consequências (e mesmo abraçá-las) enquanto permanecendo fiel à crença no potencial emancipatório do ideal» (pp. 134-135). Um estudo recomendado para todos os que pretendem um conhecimento aprofundado das dinâmicas políticas na Rússia e de como o ideal comunista teceu uma realidade, acabando por ser tolhido por essa mesma realidade.

JOHN WOOD, RUSSIA, THE ASYMMETRIC THREAT TO THE UNITED STATES: A POTENT MIXTURE OF ENERGY AND MISSILES

Oxford, Praeger Security International, 2009, 210 pp.

John Wood é investigador sénior no American Center for Democracy, e desenvolve neste trabalho uma análise crítica do que descreve como o prosseguimento de um entendimento desfasado entre aquilo que os Estados Unidos vêem na Rússia e o que a Rússia se tornou efectivamente durante a Presidência de Vladimir Putin. O autor descreve a Federação Russa como um Estado forte cujo crescimento com base nos recursos provenientes da exploração de petróleo e gás natural permitiu o desenvolvimento de outras capacidades,

nomeadamente a nível militar. De acordo com o autor, a política norte-americana cometeu três erros principais na avaliação que fez da Rússia e que resultaram em entendimentos que não têm contribuído para uma tomada de posição e definição de uma estratégia coerente para as relações com a Rússia, e desse modo não reconhecendo um conjunto de ameaças muito reais que acabaram por ser escamoteadas nesta avaliação. Estes três erros são essencialmente o não reconhecimento da Federação Russa como um Estado reemergente, e portanto a contínua leitura da Rússia como um Estado fragmentado e, por isso mesmo, fragilizado internamente, o que tem repercussões a nível externo; o tratamento da Rússia como um Estado não cumpridor de princípios democráticos liberais ocidentais, assumindo que este deverá ser o modelo de desenvolvimento a pautar as políticas e práticas russas; e não relevando as questões militares na Rússia e em particular a capacidade ao nível de sistemas de mísseis, cuja importância é central no reposicionamento russo (ou seja, assumir a superioridade das capacidades militares norte-americanas sem questionar potenciais desafios às mesmas). Segundo Wood, esta postura norte-americana não tem em atenção o crescimento russo da última década, referindo-se ao período da Presidência Putin, e não reflecte o conceito de «democracia soberana», como traduzindo um modelo de desenvolvimento diferenciado do modelo ocidental, e um conjunto de assunções e percepções que turvam a combinação de força que capacidade militar e recursos energéticos podem consti-

tuir na Rússia. O autor refere mesmo que a Rússia reúne um conjunto de condições que lhe poderão permitir tornar-se uma superpotência económica e militar em 2015. O argumento que este livro desenvolve é interessante ao oferecer uma visão distinta da grande maioria dos contributos bibliográficos nesta matéria, onde apesar de alguns trabalhos assumirem a reemergência da Rússia no sistema internacional, identificam ainda um conjunto grande de limites em termos do que efectivamente esta afirmação possa de facto consubstanciar.

**DAVID J. ROGERSON (ORG.),
CHINA AND RUSSIA: COMPETITION
AND PARTNERSHIP**

Nova York, Nova Science Publishers, 2010,
163 pp.

Este livro insere-se num conjunto crescente de bibliografia que vem sendo publicada sobre o posicionamento de política externa dos Estados Unidos face às denominadas «potências ascendentes», como referido pelo General Moseley, nomeadamente em relação à Federação Russa e China. O livro está dividido em duas grandes partes, uma primeira desenvolvida por Richard Weitz e um segundo contributo de Elizabeth Wishnick, que focando aspectos diferenciados nas dinâmicas multi-nível que estão presentes nas relações bilaterais sino-russas, no quadro regional mais alargado e na triangulação destas com os Estados Unidos, concluem no mesmo sentido. Para os autores, apesar dos desafios e de uma postura de contra-

peso presente nas políticas externas e nos alinhamentos destes estados, os Estados Unidos reúnem condições para se manterem activos e desenvolverem um papel influente na área, através de alguns ajustes nas suas políticas como formulado nas recomendações. Richard Weitz aborda um conjunto de temas chave nas relações China-Rússia, alargando a sua análise à grande Eurásia, embora com enfoque na Ásia Central. Partindo do que entende ser a visão dos Estados Unidos face às dinâmicas de mudança nesta região alargada, o autor entende que a nova qualidade das relações sino-russas, com base na exploração de riquezas, na necessidade de recursos e na procura de estatuto (a que ambos os estados aspiram), assume uma postura desafiante e de contrapeso ao envolvimento dos Estados Unidos. O discurso da multipolaridade que tem estado subjacente quer na Rússia quer na China a esta postura confere-lhe um quadro institucional claro. Weitz sublinha a questão do reforço da cooperação económica e de segurança sino-russa, ainda que com limites e informada por rivalidade bilateral que não permitirá, de acordo com o autor, a criação de uma aliança forte, e refere ainda as críticas que os Estados Unidos mantêm face à falta de cumprimento de princípios democráticos nestes países. Contudo, o seu contributo é mais alargado, e o autor desenvolve questões concretas, em particular no que concerne aos problemas fronteiriços, não tanto ao nível da definição de fronteiras, mas mais em termos das questões de imigração ilegal chinesa para regiões do leste russo e poluição fronteiriça; questões energéticas, venda de armamento

e outro tipo de cooperação militar. A Ásia Central é apresentada como um exemplo onde interesses em competição e complementares se reflectem, não só ao nível da relação sino-russa, mas também ao nível da Organização de Cooperação de Xangai, e nas relações com actores externos como o Japão, Coreia, da Ásia do Sul, e do Médio Oriente. Elizabeth Wishnick desenvolve uma análise mais centrada na Eurásia, questionando estratégias e políticas e relacionando as dinâmicas inerentes às relações Estados Unidos-China-Rússia, um estudo que é aprofundado na referência relativa ao seu manuscrito sobre «Russia, China, and the United States in Central Asia», que se segue.

ELIZABETH WISHNICK, RUSSIA, CHINA, AND THE UNITED STATES IN CENTRAL ASIA

Carlisle, PA, Strategic Studies Institute, US Army War College, 2009, 72 pp.

Este trabalho analisa o que é entendido como um crescendo de tendências que procuram minimizar a influência dos Estados Unidos na Ásia Central, pondo em perspectiva o papel de actores diferenciados na região, e triangulando as relações Rússia, China e Estados Unidos. O manuscrito argumenta que apesar da identificação desta tendência desfavorável à presença e interesses norte-americanos na área, as divergências intra-regionais e as dificuldades de articulação no seio da Organização de Cooperação de Xangai não constituem matéria suficientemente crítica que possa efectivamente questionar a actividade dos

Estados Unidos. Elizabeth Wishnick nota de forma particular como a guerra na Geórgia no Verão de 2008 deixou claras as tensões na relação China-Rússia, visíveis na não adopção de uma posição comum sino-russa no quadro da Organização de Cooperação de Xangai, recorrendo ainda a outros exemplos, como as questões energéticas, de fornecimento e trânsito. Numa perspectiva realista de análise, a autora coloca em confronto as políticas dos estados da Ásia Central com a de actores externos na procura de influência e, se possível, uma presença alargada, em termos militares ou energéticos na área. Apesar de o enfoque estar na política externa norte-americana e nos objectivos definidos para a área – cooperação energética, segurança regional e apoio à democracia e Estado de direito (p. 4) –, bem como no modo como a gestão de relações na área afecta a capacidade de projecção das políticas e interesses de Washington, o trabalho desconstrói de forma muito interessante a complexidade de factores que subjazem ao mosaico de relações e interacções na Ásia Central. De destacar a referência que a autora faz ao paralelismo existente entre o conceito de «democracia soberana», popularizado em relação à Federação Russa, como pretendendo a adaptação de princípios democráticos aos valores russos, e o «Consenso de Pequim», que se baseia em reformas socio-económicas graduais dando prioridade a valores chineses, nomeadamente os de equidade e estabilidade social, por contraponto ao «Consenso de Washington», cujo enfoque assenta nos princípios democráticos e na privatização (p. 29). Trabalhando a alteração da postura

norte-americana para a área, que evoluiu do que o antigo Conselheiro de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski denominara de «arco de crise», para o que a secretária de Estado Condooleza Rice veio a chamar de «arco de oportunidade» (p. 17), a autora assume uma postura otimista em relação ao envolvimento dos Estados Unidos na Ásia Central, apesar de todos os constrangimentos existentes. O livro termina com um conjunto de recomendações políticas para uma abordagem norte-americana mais consistente que deverá passar pela definição de uma estratégia mais alargada que inclua a Ásia Central e do Sul, e tendo

em vista neste quadro referencial a questão da estabilização do Afeganistão; uma distribuição mais equitativa de recursos no âmbito de políticas de apoio ao desenvolvimento; maior coordenação de acções com actores como a União Europeia e o Japão para evitar duplicação de esforços; e aprofundamento do diálogo com a China e a Rússia, bem como no quadro da Organização de Cooperação de Xangai. Um livro curto, de leitura fácil, que procura descodificar as complexidades inerentes às relações internacionais na Ásia Central, numa perspectiva norte-americana.

■ MARIA RAQUEL FREIRE

BRASIL, AMÉRICA LATINA E ESTADOS UNIDOS

**JORGE I. DOMÍNGUEZ E RAFAEL FERNÁNDEZ DE CASTRO (EDS.),
CONTEMPORARY U.S.-LATIN AMERICAN
RELATIONS. COOPERATIONS OR
CONFLICT IN THE 21ST CENTURY?**

Nova York, Routledge, 2010, 252 pp.

Este livro reúne um conjunto de contributos sobre as relações dos Estados Unidos com alguns países da América Latina, depois de cada um dos autores ter anteriormente publicado em livro a síntese que aqui apresenta. Tendo como ponto de partida o ano de 2000, *Contemporary U.S.-Latin American Relations. Cooperations or Conflict in the 21st century?* analisa, em cada um dos capítulos, as relações dos Estados Unidos

com o México, Cuba, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. Contém ainda um capítulo que trata as relações dos Estados Unidos com a América Central e outro as relações com os países do Caribe. Jorge I. Domínguez (Universidade de Harvard), um dos organizadores da obra, abre o volume com o capítulo que caracteriza o sistema internacional desde os anos 2000, para introduzir o contexto internacional e regional que serve de pano de fundo ao desenvolvimento da agenda externa norte-americana e, conseqüentemente, às relações com os países da América Latina. Domínguez e Rafael Fernández de Castro (Universidade de Harvard) tratam depois a evolução das relações com o México. No capítulo introdutório, Domínguez ressalta a impor-

tância da ascensão da China para o crescimento das economias dos países da região tornando-os mais «independentes no seu comportamento internacional». Refere que durante a Administração de George W. Bush as relações sino-americanas foram «correctas», mas a relação da China e dos Estados Unidos com os países do Sul desenvolveu-se em proporção desigual, passando a China a ocupar um lugar de relevo na América Latina, especialmente em termos económicos, através das trocas comerciais. No mesmo sentido, as prioridades internacionais norte-americanas no início dos anos 2000 não eram contundentes com as dos países da região, fazendo com que, de uma forma geral, terminasse «a era da coordenação Estados Unidos-América Latina que havia florescido durante os anos 1990». O autor aponta ainda outros dois factores para este declínio, por um lado, o fim do «consenso liberal» que caracterizou as dinâmicas políticas da América Latina, e, por outro lado, a securitização de alguns aspectos da política externa norte-americana. Existem, porém, factores específicos a cada caso em concreto e que podem ser explorados em cada um dos capítulos que compõem o livro.

ABRAHAM F. LOWENTHAL, THEODORE J. PICCONE E LAURENCE WHITEHEAD (EDS.), SHIFTING THE BALANCE. OBAMA AND THE AMERICAS

Washington DC, Brookings Institution Press, 2011, 193 pp.

A eleição de Barack Obama em 2008 significou uma alteração das relações com o continente latino-americano, ou uma continuidade, se tivermos em conta

os últimos anos da Administração de George W. Bush em que a América Latina não esteve nas prioridades da agenda externa norte-americana. No prefácio de *Shifting the Balance. Obama and the Americas*, Maurício Cardenas (director da Latin America Initiative, da Brookings Institution), destaca a posição de colaboração e parceria em vez de confrontação, adoptada por Obama, apesar de não existirem, por enquanto, resultados práticos visíveis. Todavia ressalta também que Obama herdou uma agenda muito complexa e com alguns assuntos sensíveis, logo, face a essa agenda, onde encaixar a relação com os países da América Latina (uma região que no imediato não tem representado uma ameaça para os Estados Unidos)?

É esta evolução que Lowenthal (Universidade de Southern California e Brookings Institution), Piccone (Brookings Institution) e Whitehead (Nuffield College da Universidade de Oxford) reúnem em *Shifting the Balance. Obama and the Americas*, seleccionando alguns dos países mais relevantes ou controversos da região. O livro começa com um texto de Abraham F. Lowenthal onde é feito um balanço da política externa de Obama para as Américas. Theodore J. Piccone analisa a democracia na região e Laurence Whitehead fecha este volume apresentando a tendência e os desafios da relação dos Estados Unidos com a América Latina.

Quanto aos estudos de caso, o livro contém uma análise de Carlos Heredia e Andrés Rozental às tentativas de estabelecimento de uma relação estratégica com o México, seguindo-se depois a análise de João Augusto de Castro Neves e Matias Spektor

à relação de Obama com o Brasil, caracterizada pela falta de consenso em alguns assuntos, como o clima ou o nuclear iraniano. Michael Shifter trata a complicada relação dos Estados Unidos com a Colômbia, Jennifer McCoy a incômoda relação com a Venezuela, e George Gray Molina explora o impasse diplomático com a Bolívia. Daniel P. Erikson analisa o relançamento das relações com Cuba, Kevin Casas-Zamora explora a crise hondurenha e Juan Gabriel Valdés a situação no Haiti. São, pois, bastante diversos os casos estudados, o que reflecte as diferentes características de cada um dos países da região. Ficou a faltar contudo uma avaliação da relação dos Estados Unidos com a Argentina, e mesmo com o Chile, dois outros países importantes nas dinâmicas regionais.

VICKI HUDDLESTON E CARLOS PASCUAL, LEARNING TO SALSA. NEW STEPS IN U.S.-CUBA RELATIONS

Washington DC, Brookings Institution Press, 2010, 245 pp.

Com um título bastante sugestivo, o livro *Learning to Salsa* apresenta um conjunto de recomendações que vise facilitar a aproximação entre os Estados Unidos e Cuba. Este volume resulta de uma iniciativa da Brookings Institution, iniciada em 2007, com o objectivo de desenvolver uma estratégia para «pôr fim ao falhanço» das relações entre os dois países, embora considerando que as iniciativas para as alterações democráticas em Cuba devam vir do seu interior, realçam também que «o povo americano e o seu

governo poderiam servir como catalisadores» para a apresentação de alternativas aos cubanos.

Nesse sentido, Vicki Huddleston (diplomata, foi co-director do projecto) e Carlos Pascual (embaixador americano no México, foi vice-presidente e director de política externa na Brookings Institution) dão a conhecer os seis exercícios de simulação levados a cabo durante um ano e meio pelos consultores do projecto, de modo a «apresentar um processo de aprendizagem dinâmico» que fomente as relações entre os Estados Unidos e Cuba. Os dois primeiros exercícios centram-se na política dos Estados Unidos. O primeiro nos «constrangimentos do legado histórico», e, o segundo, na «nova estratégia para Cuba». Por um lado, avaliaram a forma como o Conselho de Segurança Nacional reagiria a uma eventual morte de Fidel Castro, e às suas consequências; por outro, avaliaram as propostas que seriam apresentadas por uma nova administração norte-americana. O terceiro exercício centra-se na compreensão da liderança cubana. Foi proposto aos consultores para se colocarem no papel de conselheiros de Raúl Castro e discutirem as possíveis formas implementadas para a consolidação da sua liderança. A quarta simulação testou a sociedade civil cubana e a aceitação do apoio externo na promoção de uma transição, e o quinto exercício simulou a coordenação norte-americana com a comunidade internacional para a promoção da democracia e dos direitos humanos. Por fim, o último exercício de simulação focou-se na possibilidade de criação de um consenso na comunidade cubana nos Estados Unidos, especialmente em Miami.

Depois de efectuados estes exercícios foi possível verificar que os Estados Unidos não estarão aptos a lidar com a situação cubana se continuarem a prolongar a histórica política de isolacionismo, devendo agir o mais rápido possível para que a sua influência não diminua ainda mais. Foi possível supor que Raúl Castro irá continuar a aumentar a sua legitimidade e a fazer crescer as expectativas nos cidadãos, sem reduzir, contudo, a autoridade do Estado. A participação de Cuba em organizações internacionais foi avaliada como um factor favorável às transformações do comportamento cubano, ao colocá-lo em relação directa com «os padrões internacionais de democracia, transparência e direitos humanos», assim como a comunidade cubana nos Estados Unidos parece ser capaz de se coordenar para influenciar a atitude norte-americana.

Learning to Salsa apresenta-se como uma forma original de tratar um tema que não é novo. A situação interna cubana, a relação da comunidade internacional com Cuba, e, mais especificamente, a posição norte-americana quanto a Cuba são assuntos que tendem a permanecer na agenda internacional, apesar do registo de pequenos momentos de abertura.

RIORDAN ROETT, THE NEW BRAZIL

Washington DC, Brookings Institution Press, 2010, 178 pp.

The *New Brazil* não nos apresenta apenas uma análise das actuais dinâmicas políticas, institucionais, económicas e sociais do Brasil, a isso soma-se, numa

perspectiva histórica estruturada em seis capítulos, a evolução do país desde o período colonial até ao Governo de Lula da Silva. A estes seis capítulos históricos junta-se a introdução, o oitavo capítulo («Brazil's emergence on the global stage»), e por fim a conclusão. Riordan Roett, professor na School of Advanced International Studies da Universidade de Johns Hopkins, tem como objectivo traçar a história da modernização do Brasil e compreender o caminho percorrido pelo país, que lhe permitiu alcançar um estatuto internacional relevante espelhado na sua definição como um mercado emergente, com a sigla BRIC.

O segundo capítulo apresenta o *background* histórico do Brasil, de colónia a Império e a República; o terceiro capítulo gira em torno da revolução de 1930, que «marca o início de um longo e tortuoso processo de modernização e industrialização», até ao golpe militar de 1964, que é depois desenvolvido no capítulo seguinte juntamente com o período do regime militar. A transição para a democracia é tratada no quinto capítulo, Riordan Roett define-a como uma «transição incompleta», incluindo nesse período os anos entre 1985 a 1994, a partir de quando a democracia se consolida. Roett considera que a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 «representou um passo crucial na história brasileira. Durante décadas os líderes políticos do Brasil estiveram desprovidos da visão e liderança necessárias para concretizar o vasto potencial do país».

Roett pretende passar a ideia de que o sucesso que o Brasil alcançou durante a Administração de Lula se deve ao processo de reformas que começou com a eleição

de FHC. Ambos se dedicaram à tarefa de modernizar o país e criaram condições para a «emergência do novo Brasil». Por um lado, as condições económicas do Brasil, um dos últimos países a serem atingidos pela actual crise económico-financeira. Para Roett, o sucesso do Brasil deve-se a factores externos, como as exportações com a China, o investimento directo estrangeiro, mas também às políticas para conter a inflação e à existência de um Banco Central autónomo. No mesmo sentido, as descobertas de reservas de petróleo e gás natural permitem que o Brasil se defina como uma potência ener-

gética e detenha internacionalmente uma posição de destaque nessa área, assim como a definição do Brasil como um «BRIC» lhe proporcionou a possibilidade de influenciar o processo decisório internacional dominado até então pelo G7. Por outro lado, os programas de redução da pobreza iniciados com FHC e aprofundados com Lula foram muito bem-sucedidos, e contribuíram para o crescimento de uma classe média consumidora. Roett considera que deste modo o Brasil conseguiu consolidar a sua estabilidade preparando-se para encarar os desafios do futuro.

■ CARMEN FONSECA